

Matriz para Aspectos Legais e Regulação do PNAB

Problemas Riscos ou Perigos (LEGAIS)	Objectivos	Ação / Medidas de Maneio	Calendário / Urgência / Prioridade	Responsabilidade e Envolvimento	Critério de Monitoria	Frequência de Monitoria	Indicadores e Tendências
1. inúmeras entidades com competências ou potenciais competências sobre o PNAB	§ Coordenação inter-institucional e facilitação dos procedimentos e exercício de actividades no PNAB	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de um órgão que envolva entidades públicas e privadas com interesses no PNAB, com o objectivo de apoiar, aconselhar a AP sobre as diversas matérias relacionadas com o PNAB 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fazer contactos e realizar actividades regulares/constantes para melhor coordenação (<i>muito urgente</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Administração do PNAB com o apoio das DPTUR- l'Bane a nível local 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Encontros regulares de avaliação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trimestral/ Semestral 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grau de satisfação dos investidores, comunidades e demais interessados. § Redução dos conflitos inter-institucionais
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ MICOA fazer o EIA completo do PNAB para reduzir os procedimentos e encargos aos actores do PNAB e assegurar maior conhecimento, controlo e autoridade s/aspectos ambientais. 			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nível de des-coordenação em acções concretas em que estiveram envolvidas diversas entidades ou partes interessadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior participação e conhecimento das Administrações locais das actividades desenvolvidas pelo PNAB 	
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administração Marítima e PNAB articularem (uniformidade de actuação) na cobrança de taxas e controlo de actividades como lançamento de barcos e mergulho. 		<ul style="list-style-type: none"> ✓ MITUR a nível central 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inquérito regulares aos investidores, comunidades, etc 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior capacidade de resposta e de forma fiável as preocupações e interesses de terceiros. 	
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incrementar a sensibilização e envolvimento das autoridades locais (Inhassoro e Vilankulo) nas actividades do PNAB. 					
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integração dos objectivos do PM no plano estratégico provincial e o de desenvolvimento distrital. 					
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Partilha de responsabilidades, através do órgão de apoio e aconselhamento a criar especialmente, na gestão e busca de soluções para os problemas comunitários. 					
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ 7. Maior coordenação entre o AP e os parceiros de cooperação (WWF, FNP) na planificação e implementação das actividades que ocorrem no PNAB. 					

Matriz para Aspectos Legais e Regulamentação do PNAB

Problemas Riscos ou Perigos (LEGAIS)	Objectivos	Ação / Medidas de Maneio	Calendário / Urgência / Prioridade	Responsabilidade e Envolvimento	Crítério de Monitoria	Frequência de Monitoria	Indicadores e Tendências
2. Falta de afirmação do MITUR como canal privilegiado de acesso ao parque	§ Exercício efectivo do MITUR da tutela sobre o PNAB	▪ Necessidade de afirmação do MITUR/AP como as autoridades líderes do PNAB	▪ Trimestral/Semestral	✓ AP e órgão de apoio e aconselhamento ao PNAB a ser criado	▪ Encontros regulares para debates e avaliação da coordenação	▪ Regularmente/continuamente	▪ Fortalecimento da presença institucional e da autoridade do MITUR e AP sobre o PNAB
	▪ Clara identificação dos intervenientes ou actores do PNAB que se relacionam com o MITUR/AP	▪ Clara identificação de outros actores e definição do papel e formas de actuação no PNAB		✓ MITUR	▪ Identificar/quantificar o nível de descoordenação em acções concretas em que estiveram envolvidas diversas entidades ou partes interessadas		▪ Redução dos conflitos inter-institucionais
		▪ Incremento e consolidação da articulação entre o MITUR e o AP					▪ Melhor gestão por parte do MITUR/AP dos diversos conflitos de interesse institucionais e privados
		▪ Divulgação do PM como documento base do PNAB e para servir de documento de orientação para os diversos actores do PNAB					
3. Procedimentos exagerados	§ Simplificação dos	▪ Arrolar os diversos procedimentos constantes de legislação diversa	▪ Iniciar imediatamente e concluir ainda no presente ano	✓ MITUR (Equipe de revisão do PM)	▪ Comparar regularmente o tempo de licenciamento/autorização dos pedidos formulados por terceiros interessados (passado e presente)		▪ Redução de reclamações por burocracia ou procedimentos exagerados

Matriz para Aspectos Legais e Regulação do PNAB

Problemas Riscos ou Perigos (LEGAIS)	Objectivos	Ação / Medidas de Maneio	Calendário / Urgência / Prioridade	Responsabilidade e Envolvimento	Critério de Monitoria	Frequência de Monitoria	Indicadores e Tendências
1. Inadequação da estrutura de gestão/estrutura orgânica	§ Estrutura de orgânica adequada a uma gestão participativa,	▪ Elaboração da proposta de estrutura de gestão participativa com base na experiências de outras ACs (Quirimbas, Gorongosa, etc) e de outros países (Africa do Sul, Quênia, etc).	▪ Durante o presente ano (<i> muito urgente </i>)	✓ MITUR & AP, com envolvimento de parceiros estratégicos (parceiros de cooperação, MICOA, MINAG, etc.).	▪ Avaliar procedimentos/passos dados para sua criação		▪ Efectiva criação
	§ Estrutura de gestão adequada aos objectivos e tipo de gestão a implementar no PNAB	▪ O estabelecimento dos relacionamentos entre a nova estrutura de gestão e os diversos actores do PNAB					
2. Falta de pessoal com formação qualificada	§ Funcionários com formação qualificada para diversas áreas de actuação das APs	▪ Formação contínua e ou <i> on-job </i> dos funcionários que apresentam habilidades e aptidão para ingressarem no novo modelo de gestão do PNAB)	▪ Regular e noutros casos de tempos em tempos	✓ MITUR	▪ Avaliar a qualidade e quantidade de pessoas treinadas/recrutadas e que atarefas desempenhar	▪ Semestral	▪ Qualidade do trabalho desenvolvido
		▪ Recrutamento de recursos humanos qualificados para liderar áreas como (conservação e monitoria dos recursos naturais, desenvolvimento do turismo, assessoria as comunidades e extensão, gestão financeira etc.)			▪ Avaliar o nível de cumprimento das tarefas/funções		▪ Maio produtividade, sucessos ou cumprimento das actividades planificadas
<i>Aspectos Chave: Taxas, Tarifas e Receitas</i>							
1. Taxas desenquadradas com o momento actual e desproporcionais ao benefício obtido	§ Taxas condicentes com o valor e potencial do PNAB	▪ Revisão da actual legislação sobre taxas e tarifas (especialmente Dec. 27/2003)	▪ Tirar proveito do actual processo de revisão do Decreto n.º 27/2003 (<i> muito urgente </i>)	✓ MITUR (AP interceder junto ao MITUR para assegurar os seus interesses)	▪ Contactos regulares com MITUR e equipe de revisão do Decreto n.º 27/2003	▪ Continuamente, enquanto durar o processo de revisão	▪ Novas taxas e tarefas cobradas
							▪ Aumento das receitas do PNAB.

Matriz para Aspectos Legais e Regulamentação do PNAB

Problemas Riscos ou Perigos (LEGAIS)	Objectivos	Ação / Medidas de Maneio	Calendário / Urgência / Prioridade	Responsabilidade e Envolvimento	Critério de Monitoria	Frequência de Monitoria	Indicadores e Tendências
							<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento do orçamento corrente e ou de investimento do PNAB
2. Mecanismo de cobrança e consignação das receitas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Simplificação do mecanismo de colecta e consignação de receitas, através: 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Revisão do Decreto n.º 27/2003 e do Diploma Ministerial 148/2003, para reduzir o mecanismo de colecta e consignação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tirar proveito do actual processo de revisão do Decreto n.º 27/2003 (<i>muito urgente</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ MITUR (AP interceder junto ao MITUR para assegurar os seus interesses) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contactos regulares com MITUR e equipe de revisão do Decreto n.º 27/2003 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Continuamente, enquanto durar o processo de revisão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comprometimento e eficiência na cobrança das taxas e receitas
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ 					<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incremento do controlo das entidades sujeitas ao pagamento de taxas e tarifas
	<ul style="list-style-type: none"> a). Redução os procedimentos e mecanismo de colecta de receitas 						<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eliminação do desfasamento entre a cobrança e sua alocação as necessidades do PNAB em útil.
	<ul style="list-style-type: none"> b). Redução do tempo de espera das receitas consignadas c). Maior autonomia ao PNAB na gestão das receitas colectadas 						
<i>Aspectos Chave: Concessões para actividades turísticas.</i>							
1. Provável inadequação (de algumas) das actuais concessões ao novo Plano de	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Completa compatibilização das concessões com o PM e a Lei 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudo legal das concessões e critérios de concessão para conformação ou melhor tratamento no PM e a Lei 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Durante a elaboração do PM (<i>Muito urgente</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ MITUR (equipe de revisão do PM) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificar/avaliar como estão sendo aprovados/implantados novos investimentos (se ocorrerem) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regularmente 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Níveis e critérios transparentes e aceites por todos na concessões

Matriz para Aspectos Legais e Regulamentação do PNAB

Problemas Riscos ou Perigos (LEGAIS)	Objectivos	Ação / Medidas de Maneio	Calendário / Urgência / Prioridade	Responsabilidade e Envolvimento	Critério de Monitoria	Frequência de Monitoria	Indicadores e Tendências
Maneiro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Harmonização dos critérios de concessão para implantação de empreendimentos turísticos (<i>Concurso público???</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cruzar as formas actuais de concessão e a Lei e estratégias do MITUR/Governo sobre concessões e exercícios de actividades nas ACs 					